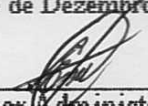




PROTOCOLO Nº 834/16

DE 20 de Dezembro de 2016

PROJETO DE LEI Nº 4.607


Diretor Administrativo

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER COM O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS CAMPOS GERAIS – CIMSÁUDE - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INICIATIVA: DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Dado para a Ordem do Dia em 27 de Dezembro de 2016

1ª Discussão em 27 de Dezembro de 2016

Aprovado por Unanimidade

2ª Discussão em 28 de Dezembro de 2016

Aprovado por Unanimidade

A Sanção em 29 de Dezembro de 2016

Com Ofício nº 322/16

Este Processo Contém

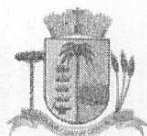
Publicado no Boletim Oficial

LEI Nº 4290

10 Páginas

nº _____ de ____ / ____ / ____

De 28/12/2016



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ**



PROJETO DE LEI Nº. 4.607,

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A PROCEDER COM O
REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS
AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE DOS CAMPOS GERAIS –
CIMSÁUDE – E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

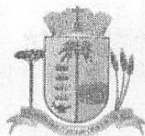
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.878.900/0001-24, sedia dono município de Ponta Grossa – PR, para repasse de recursos financeiros no montante global de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a custear medidas complementares de saúde especializadas de referência, de média e alta complexidade, conforme legislação vigente e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º. A Entidade recebedora do convênio deverá prestar contas ao Município de Palmeira, do recurso recebido, em forma de prestação de contas, e se necessário, conforme regras do Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Viscondessa - Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Dezembro de 2016.

**EDIR HAVRECHAKI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 4.607,

A Administração Pública norteia-se por princípios constitucionais para atingir sua finalidade, ou seja, prover à população segurança, educação, saúde e demais direitos garantidos pela Carta Magna em seu artigo 6º que diz: ***“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”***. (grifo nosso) Desta forma, cabe ao gestor público a busca eficiente no gerenciamento dos recursos colocados à disposição do Estado pelo cidadão/contribuinte.

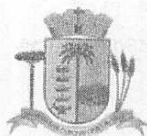
A procura de meios que atendam com melhor qualidade a demanda social por serviços públicos, em especial os serviços de saúde, é um desafio instigante, pois, a cada dia a demanda aumenta, a qualidade exigida é sempre maior e os recursos cada vez mais limitados. Desta forma, ser inovador na gestão pública é simplesmente obrigatório. Pesquisar novas formas de prover, exigir resultados melhorados e promover parcerias de apoio são necessários para atingir a eficiência, economicidade e eficácia, princípios que devem nortear o gestor.

A Saúde Pública merece todo o cuidado que se possa dedicar. Em todo o Brasil é fato que melhores ações devem ser exercidas, pois a demanda aumenta a cada dia. Em busca disso, o Município de Palmeira volta-se para dedicar a cada momento mais esforços para manter a qualidade necessária aos serviços de Saúde Pública Municipal.

Deste modo, os munícipes podem tranquilizar-se, pois este pacto de excelência a cada dia se renova na busca de continuar a oferecer o melhor. É o acordo da Administração Pública Municipal com seu povo, com cada cidadão. Para ratificar esta intenção, o Município busca complementar os serviços em saúde já oferecidos, e esta ação está em acordo com o que a legislação vigente, que exige e determina que a oferta não cesse.

Na busca de implantar um modelo novo que atenda a demanda, proteja e valorize o servidor público municipal e toda a população, e que ainda se adapte as circunstâncias em que o Município se encontra (orçamentárias, financeiras e de gestão), demanda-se a realização de um convênio para a complementação dos serviços em saúde oferecidos pelo Município de Palmeira.

Ainda, conforme regramento dado pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 76, inciso XIII que diz:



MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ



Art. 76 – Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

XIII – celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, “ad referendum” ou com autorização prévia da Câmara Municipal quando comprometerem receita não prevista no orçamento;

Corroborado pela Lei Federal nº. 4.320/64 que em seus Arts. 16, 17 e 19 assim cita:

Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica. (Grifo nosso)

Parágrafo único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

Art. 17. Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções. (BRASIL, 1964)

Art. 19. A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Esta Administração Municipal, diante do cumprimento legal acima exposto e com vistas a suprir às necessidades da sociedade, entende que a forma de celebração de convênio possibilitará a suplementação de recursos, em diversas áreas, neste caso em estudo a Saúde, reservando às subvenções o papel de suplementadora e estimuladora da iniciativa dos particulares sem fins lucrativos no atendimento à sociedade.

Cabe ressaltar, que o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais – CIMSÁUDE, com sede e foro no município de Ponta Grossa– PR, inscrito no CNPJ sob nº.03.878.90070001-24, apresentou projeto com medidas complementares de saúde especializadas de referência, de média e alta complexidade, conforme legislação vigente e diretrizes do Sistema Único de Saúde, as quais contribuem de forma significativa para o avanço da saúde e bem estar dos cidadãos no Município de Palmeira, e com a anuência dos agentes públicos responsáveis pela análise, e ratificados pelo controle social, os quais consideraram o devido projeto em saúde complementar adequado e exequível, encaminha-se este projeto de lei solicitando a autorização para firmar tal convenção.



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA
ESTADO DO PARANÁ**



Desta forma, pedimos a esta nobre Casa de Leis a apreciação deste projeto de lei que satisfaz as regras da legislação vigente e busca promover maior qualidade, abrangência e eficiência na política pública de saúde colocada à disposição da sociedade, pelo qual demandamos respeitosamente pela aprovação.

Palácio da Viscondessa - Querubina Rosa Marcondes de Sá, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Dezembro de 2016.

**EDIR HAVRECHAKI
PREFEITO MUNICIPAL**



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ



Orientação Contábil nº 173/2016

Data de protocolo: 21/12/2016

Assinatura:

De: SETOR CONTÁBIL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PALMEIRA

Para: ASSESSORIA PARLAMENTAR

Conforme solicitação da Comissão Permanente de Economia, Orçamento e Fiscalização feita com base no art. 39, XXI da Resolução nº 104/2014, encaminho a análise contábil sobre o **Projeto de Lei sob nº 4.607 de 2016**.

Desta forma, o referido Projeto que dispõe sobre a autorização de repasse de recurso financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais, mereceu PARECER FAVORÁVEL do Setor Contábil desta Casa de Leis.

Com relação ao mérito, cabe aos nobres Vereadores proceder a análise acerca da necessidade, adequação ao município, utilidade e interesse público da pretensão, constante no presente Projeto de Lei, bem como exercer a fiscalização sobre os respectivos procedimentos realizados pelo Executivo em caso de aprovado o presente Projeto.

Encaminhe-se à Assessoria

Palmeira, 21 de dezembro de 2016.

João Erando Martins Padilha
Contador
CRC/PR 072251/O-0
Câmara Municipal de Palmeira



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.607 /16

ASSUNTO - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder com o repasse de recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais - CIMSAÚDE e dá outras providências.

INICIATIVA - Poder Executivo

Cumpra salientar que excepcionalmente esta Assessoria emite parecer ao Projeto de Lei, tendo em vista a ausência justificada da Procuradora da Câmara Municipal, que detém competência e exclusividade para esta atividade, conforme legislação.

Trata o presente Projeto de Lei, de cancelamento de autorização de repasse de recursos ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais - CIMSAÚDE, detalhando, em seu art. 1º, que estes recursos são destinados a custear medidas complementares de saúde especializadas de referência, de média e alta complexidade, conforme legislação vigente e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

O fundamento da proposição está bem delineado na justificativa apresentada, dando conta de da necessidade e da complementaridade das ações de saúde em nosso Município.

O assunto tratado tem seus aspectos de legalidade, competência e oportunidade previstos em lei, nada tendo que possa obstar a proposição por estes aspectos.

A matéria proposta está dentro das atribuições do Poder executivo, ressalvada a análise de mérito, que é de competência do Plenário da Casa.



Câmara Municipal de Palmeira
Assessoria Jurídica



Pelo exposto, o projeto está em condições de ser analisado e votado por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Palmeira, 21 de dezembro de 2016.

Airton Vida – Assessor Jurídico



Câmara Municipal de Palmeira
ESTADO DO PARANÁ

08
PROTOCOLO Nº 840/16

DE 23 12/ 2.016



Comissão de LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 4.607

Assunto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder com o repasse de recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais – CIMSÁUDE – e dá outras providências.

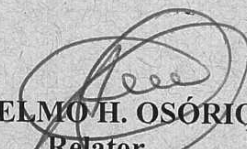
Iniciativa: Do Poder Executivo.

PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.607, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder com o repasse de recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais – CIMSÁUDE – e dá outras providências, mereceu **PARECER FAVORÁVEL**, considerando que o fundamento desta proposição está bem delineado na justificativa apresentada, dando conta da necessidade e da complementaridade das ações de saúde no nosso município, sendo que os recursos serão destinados a custear medidas complementares de saúde especializadas de referência, de média e alta complexidade, conforme legislação vigente e diretrizes do Sistema Único de Saúde. O assunto tratado tem seus aspectos de legalidade, competência e oportunidade previsto em lei, nada tendo que possa obstar esta proposição por estes aspectos, estando dentro das atribuições do Poder Executivo, não existindo indícios de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de Dezembro de 2016.

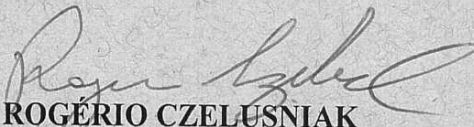

ANSELMO H. OSÓRIO
Relator

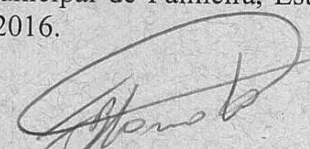
PARECER DA COMISSÃO

Em análise o Parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 4.607, concluímos pelo seu acatamento.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de Dezembro de 2016.


ROGÉRIO CZELUSNIAK
Membro


FABIANO B. CASSANTA
Membro



Câmara Municipal de Palmeira
ESTADO DO PARANÁ

09
PROTOCOLO Nº 845/16

DE 23 / 12 / 2016



Comissão de ECONOMIA, ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO.

Projeto de Lei nº 4.607

Assunto: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder com o repasse de recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais – CIMSÁUDE – e dá outras providências.

Iniciativa: Do Poder Executivo.

PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.607, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder com o repasse de recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Campos Gerais – CIMSÁUDE – e dá outras providências, mereceu **PARECER FAVORÁVEL**, considerando a orientação contábil nº 173/2016, e a necessidade do município custear medidas complementares de saúde especializadas de referência, de média e alta complexidade, conforme legislação vigente e diretrizes do SUS.

É, o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de Dezembro de 2016.

ELIEZER BORCOSKI
Relator

PARECER DA COMISSÃO

Em análise o Parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 4.607 concluímos pelo seu acatamento.

É, o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de Dezembro de 2016.

ARILDO SANTOS ZALESKI
Membro

FABIANO B. CASSANTA
Membro



PROJETO DE LEI Nº 4.607

VOTAÇÃO

EM 1ª DISCUSSÃO E A VOTOS FOI O
PROJETO Nº 4.607

APROVADO POR UNANIMIDADE

INCLUA-SE NA ORDEM DO DIA

SALA DAS SESSÕES EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Presidente Danilo Eduardo Kulcs

1º Secretário Blair Borak

2º Secretário [Assinatura]

EM 2ª DISCUSSÃO E A VOTOS FOI O
PROJETO Nº 4.607

APROVADO POR UNANIMIDADE

INCLUA-SE NA ORDEM DO DIA

SALA DAS SESSÕES EM 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Presidente Danilo Eduardo Kulcs

1º Secretário [Assinatura]

2º Secretário [Assinatura]